



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

REF: O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 059/2026, que “Institui diretrizes para o fortalecimento das ações de empregabilidade e geração de renda no município de Contagem, e dá outras providências”, de autoria do Vereador Mauricinho do Sanduíche.

PARECER

O Projeto de Lei em epígrafe que “Institui diretrizes para o fortalecimento das ações de empregabilidade e geração de renda no município de Contagem, e dá outras providências” recebeu da Procuradoria desta Câmara análise técnico-jurídica pela **legalidade e admissibilidade** da matéria, com ressalvas.

A proposição tem por objetivo instituir diretrizes para o fortalecimento das ações de empregabilidade e geração de renda no Município de Contagem, promovendo a integração entre o Poder Público, a iniciativa privada, instituições de ensino e organizações da sociedade civil. A proposta busca ampliar as oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho, incentivar a qualificação profissional, fomentar o empreendedorismo e facilitar a intermediação de mão de obra, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do município, sem criar novas despesas obrigatórias ou estruturas administrativas para o Poder Executivo.

O Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente, conforme disposto na Constituição da República de 1988, art. 30, I e II.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Em uma análise detida do Projeto de Lei apresentado, verifica-se que ele se encontra no rol de matérias das quais o Poder Legislativo possui a competência para deflagrar o processo legislativo, pois é de sua competência fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, conforme o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 71 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 72, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especificamente:

(...)

EMENDA 01:

Art. 1º- Ficam suprimidos os art. 3º e 4º do Projeto de Lei nº 059/2026

Esta Comissão, em igual modo, acompanha a orientação do especialista e conclui pela **admissão** do Projeto de Lei nº 059/2026.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 2026.

ARNALDO LUIZ DE OLIVEIRA – “ARNALDO DE OLIVEIRA”
PRESIDENTE

DANIEL FLÁVIO DE MOURA CARVALHO - “DANIEL CARVALHO”
VICE-PRESIDENTE

MARCOS VINÍCIUS RANGEL DE FARIA – “VINÍCIUS FARIA”
RELATOR